

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DOS AGRICULTORES E O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CONCEIÇÃO – PARAÍBA - BRASIL

Maxwell Brian Soares de Lacerda

Engenheiro Agrônomo pelo CCA, UFPB

E-mail: maxwellbrian@hotmail.com

Anselmo Rodrigues de Oliveira

Prof. MSc. Departamento de Fitotecnia, CCA, UFPB

E-mail: anselmorodrigues@yahoo.com.br

Vinícius Batista Campos

Doutorando em Engenharia Agrícola, Bolsista CNPq, CTRN, UFCG

E-mail: viniciuspgmsa@hotmail.com

José Carlos de Meneses Júnior

Mestre em Zootecnia, CSTR, UFCG

E-mail: jcmenesesjr@hotmail.com

RESUMO

Objetivou-se realizar um trabalho para avaliar o impacto do programa Bolsa Família do Governo Federal na comunidade de São Francisco, município de Conceição – PB. O diagnóstico foi obtido por meio de um questionário, elaborado através de uma entrevista semi-estruturada, no qual foram abordadas informações sobre o perfil social e econômico dos moradores da localidade. Para a coleta de dados, foram selecionadas 22 famílias dos mais diferentes pontos da comunidade. Verificou-se uma grande variação entre a renda das pessoas entrevistadas. O analfabetismo é uma característica também dessa comunidade, não se diferenciando das comunidades e assentamentos rurais. A maioria das famílias considera o programa Bolsa Família muito bom, porém afirmam que viviam melhor antes de receber o benefício.

PALAVRAS-CHAVE: Programas do Governo, comunidade rural, avaliação social

SOCIO-ECONOMIC DIAGNOSTIC OF THE FARMERS AND THE “BOLSA FAMÍLIA” PROGRAM IMPACT, CONCEIÇÃO – PB STATE - BRAZIL

ABSTRACT

It was aimed at to accomplish a work to evaluate the impact of the Federal Government's “Bolsa Família” program in the community from San Francisco, in Conceição County, Paraíba State, Brazil. The diagnosis was obtained through a questionnaire, elaborated through a semi-structured interview, in which information were approached on the residents' of the place social and economical profile. For the collection of data, 22 families of the community's most different points were selected. A great variation was verified among the interviewed people's income. The illiteracy belongs also a characteristic to that community, not differing of the communities and rural establishments. Most of the families considers the very good “Bolsa Família” program, however they affirm that were always better before receiving the benefit.

KEY WORDS: Programs of the Government, rural community, social evaluation

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DOS AGRICULTORES E O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CONCEIÇÃO – PARAÍBA - BRASIL

INTRODUÇÃO

Quando estudamos a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso da terra, verifica-se que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual, primeiro foram às capitâneas hereditárias e seus donatários, depois foram às sesmarias. Estas estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial (Nóbrega, 2005). A agricultura familiar brasileira caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas abrangem, também, as necessidades e objetivos da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar esses fatores estão intimamente relacionados (Guimarães Filho et al., 1998).

A questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz, quando se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. Com o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura, tende a haver um maior uso de adubos, de inseticidas, de máquinas, de maior utilização de trabalho assalariado, o cultivo mais intensivo da terra, etc. Em resumo, a produção se torna intensiva sob o controle do capital (EMBRAPA, 2007).

A agricultura familiar é uma forma de produção, onde predomina a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos agricultores familiares, com ênfase na diversificação, e utiliza o trabalho familiar complementando pelo trabalho assalariado. Nesse sentido, ela promove melhores condições de sobrevivência para o homem do campo dando-lhe o subsídio fundamental para sua sobrevivência e qualidade de vida, além de promover uma remuneração que promova o bem estar social e econômico de pequenos agricultores.

Segundo Stedile (2005), todo homem, na verdade, tem direito a terra, a aspirar à propriedade, para si mesmo e sua família, de um pedaço de terra, sobre qual estabelece permanentemente o seu lar e de cuja entranha retire, pelo trabalho, o próprio sustento e o dos seus. Assiste-lhe direito a aspirar propriedade e não meramente ao aproveitamento temporário da terra; e não somente a propriedade figurada em títulos e fórmulas jurídicas, se não ao solo mesmo, barro e pedra, firme e resistente a seus pés, e dócil, no entanto, ao esforço de suas mãos. Pois a terra é o ponto de apoio necessário de toda atividade humana e o estágio último de toda iniciativa econômica.

Görge (2004) conceituou políticas públicas para agricultura familiar como sendo ações e políticas que cobrem aos governos realizar para desenvolver a agricultura camponesa e a produção de alimentos, distribuírem renda, desenvolver o interior do Brasil e construir uma verdadeira democracia econômica e social na nação soberana.

No Brasil falsos conceitos são ditos tão freqüentemente que acabam se transformando em verdades absolutas. Isso se aplica à relação entre o agronegócio e a agricultura familiar, em que o agronegócio é visto como um setor eficiente, exportador, defensor do livre comércio sendo supostamente comandado por grandes produtores rurais e empresas fabricantes de insumos agropecuários e processamento de alimentos (Jank, 2007). Os defensores do agronegócio procuram convencer à população que o mérito pela produção total da agropecuária brasileira é devido ao empenho do agronegócio. A mídia contribui grandemente para que esse sistema seja

visto como um “bom negócio”, quando credita todo mérito da produção a ele (Fernandes, 2007).

Nos estudos de diagnósticos, existem algumas metodologias para avaliação dos dados. Para ROCHA (1997), um questionário sócio-econômico tem como finalidade avaliar a situação social, tecnológica e sócio-econômica do meio rural, bem como a deterioração das famílias de uma região, tendo por fim condições de elaborar recomendações.

O presente trabalho teve como objetivo realizar um diagnóstico sócioeconômico dos agricultores da comunidade São Francisco no município de Conceição - PB e a influência do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

MATERIAL E MÉTODOS

A comunidade de São Francisco está localizada à cerca de 2 km do município de Conceição – PB, situado no alto sertão paraibano. O município corresponde uma área de 5,91 km² representando 1,02 % do Estado. Sua população é de 17017 habitantes, sendo 65% na área urbana. A sede do município tem uma altitude aproximadamente de 376 m do nível do mar e distando 482 km da capital (IBGE, 2002).

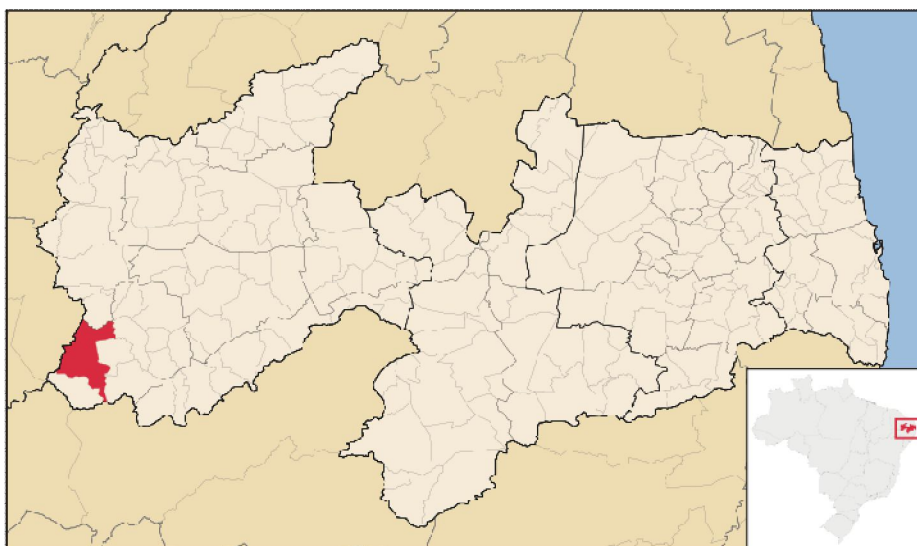


Figura 1. Localização do município onde está inserida a comunidade São Francisco.
Fonte: Wikipédia

A comunidade está localizada a cerca de 2 km do município de Conceição e é composta por 50 famílias. A área de cultivo para cada família é de 1,0-1,2 ha. Esta comunidade limita-se com as cidades de Ibiara, Bonito de Santa Fé, Santa Inês, Santana de Mangueira, estas no território paraibano e com o município de Mauriti, Estado do Ceará.

A aplicação do questionário na comunidade foi realizada no período de novembro de 2006 a janeiro de 2007. O diagnóstico foi elaborado de forma a abranger as várias questões referentes à realidade de vida dos entrevistados. Nesse questionário foram abordadas questões como: local de origem, educação, condição de vida, etc. Procurou-se deixá-lo o mais simples possível para que não torne um exercício desenvolvimento cansativo para o agricultor, interferindo nos resultados.

A escolha dessa forma de abordagem foi devido à facilidade de possuir acesso ao agricultor. No decorrer dessa etapa, procurou-se tornar a entrevista mais interativa, de forma que permitisse ao agricultor opinar, discutir, contar sua vivência em relação aos tópicos à entrevista e retirado outros menos relevantes.

Para organizar as informações referentes ao questionário, os dados foram digitados em planilha do Excel, para posterior confecção dos gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verifica-se que dentre os agricultores entrevistados (Figura 2), cerca de 52 % são casados. Aproximadamente 31 % dos moradores entrevistados são viúvos; enquanto que cerca de 17 % apresentam outro tipo de relacionamento, ou seja, vivem com suas parceiras, porém não possuem relacionamento oficializado.

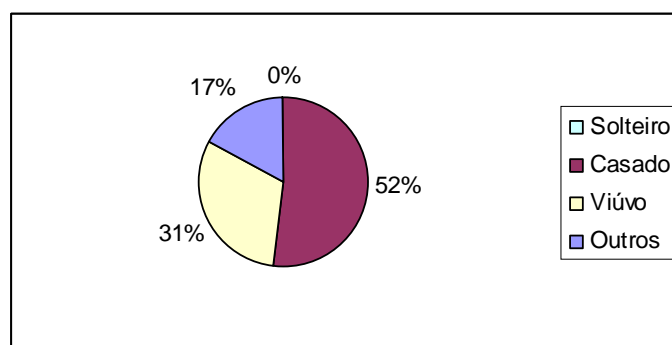


Figura 2. Estado civil dos entrevistados.

Dentre os moradores da comunidade de São Francisco, município de Conceição – PB, mais da metade, ou seja, 56 % dos agricultores entrevistados se consideram pretos (Figura 3). Cerca de 32 % dos agricultores se consideram brancos. Observa-se ainda que cerca de 8 % deles, se consideram pardos e 4 % são amarelos. Não se verificou presença de agricultores de descendência indígena na comunidade.

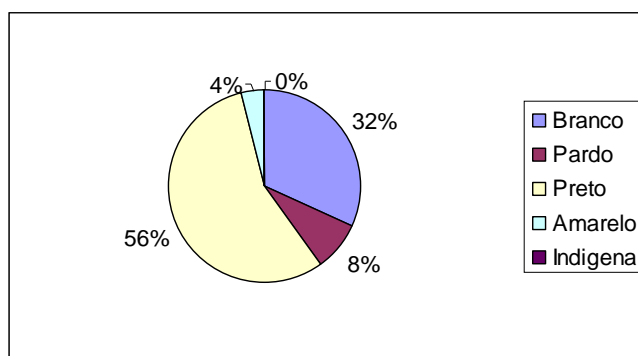


Figura 3. Cor da pele dos entrevistados.

Com relação ao tempo, em anos, que os agricultores estão engajados no programa Bolsa Família (Figura 4), verifica-se que mais de 46 % dos entrevistados recebem o benefício há três anos. Cerca de 30,7 % dos agricultores que recebem a bolsa família há quatro anos ou mais. Por volta de 15,3 % dos entrevistados, são beneficiados pelo Bolsa Família e apenas 7,69 % dos agricultores estão no programa a um ano. Verifica-se também que, quase a metade dos

agricultores da comunidade de São Francisco começaram a serem favorecidos pelo programa na mesma época (Três anos), isso se deve ao período de maior facilidade de inscrição no programa.

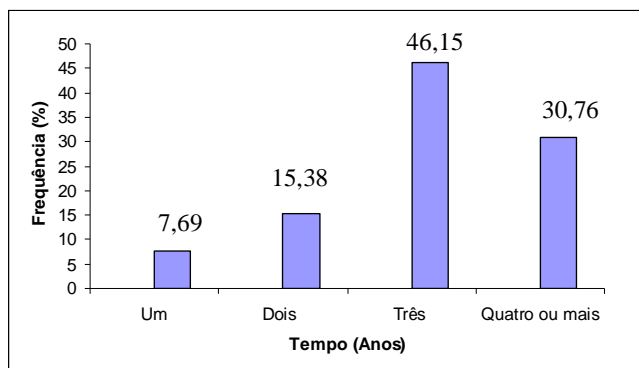


Figura 4. Tempo de integração no programa Bolsa Família dos agricultores entrevistados.

Verifica-se na Figura 5 que mais de 70 % das famílias entrevistadas da comunidade São Francisco possui quatro membros, isso se levando em consideração o chefe da família, ou seja, o entrevistado. Consta-se também que aproximadamente 15 % das famílias são constituídas por mais de quatro integrantes. Observa-se que as famílias que possuem duas e três pessoas chegam a cerca de 7,14 %.

Os agricultores entrevistados consideram que o número de familiares residentes na unidade familiar interfere na produção e na renda da família.

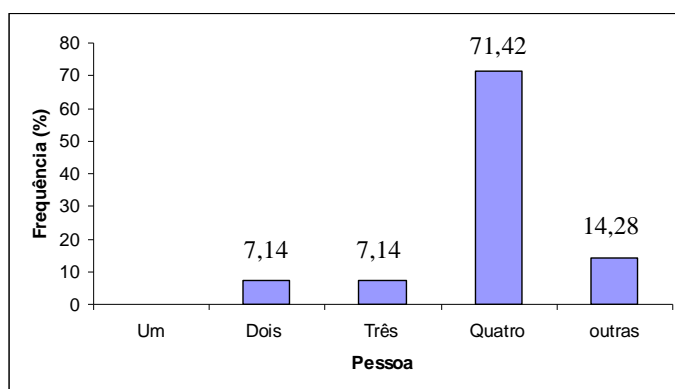


Figura 5. Quantidade de integrantes familiares morando na mesma casa incluindo os agricultores entrevistados.

Dentre os agricultores escolhidos para a entrevista, 83 % deles são provenientes da zona rural (Figura 6), ou seja, esses agricultores nasceram na comunidade e vivem no mesmo local até hoje. Verifica-se que 17 % dos entrevistados são da zona urbana, onde se observa um caminho contrário do ocorrido normalmente, ou seja, o inverso do êxodo rural.

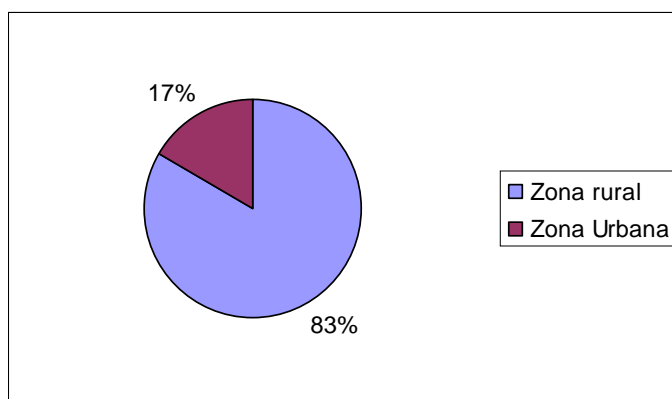


Figura 6. Local de origem dos entrevistados.

Nos questionários aplicados, verificou-se que todos os agricultores (100%) moram na mesma comunidade, além de todos possuírem casa própria, as quais possui água corrente na torneira, possui eletricidade e construídas com tijolos e ainda, todos as casas dos agricultores entrevistados possui três ou mais eletrodomésticos, fatos esses que justifica a ausência dos gráficos para essas perguntas, simplesmente por todos apresentarem os mesmos resultados.

Observa-se que mais da metade dos agricultores entrevistados, ou seja, 65 %, já sofreram discriminação econômica (Figura 7). Para 27 % dos entrevistados, a discriminação sofrida foi pela sua raça, fato justificado pela Figura 2, onde se verifica 68 % dos agricultores se considerarem negros, pardos e amarelos. Já 4 % dos agricultores afirmaram já ter sofrido discriminação religiosa, isso pelo fato de alguns agricultores e familiares serem evangélicos.

Verifica-se também que 4% dos entrevistados que já sofreram discriminação devido à localização de sua moradia. Entretanto, nenhum dos que responderam o questionário já sofreu discriminação por ser uma pessoa com necessidades educacionais especiais.

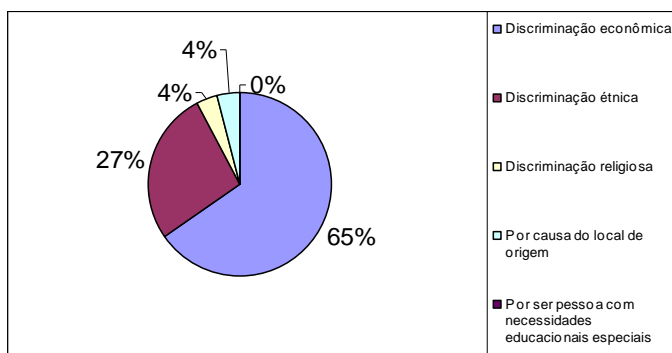


Figura 7. Tipo de discriminação sofrida pelos agricultores entrevistados.

A população da comunidade São Francisco não vive apenas em função do programa Bolsa Família (Figura 8). Observa-se que 39 % dos agricultores entrevistados afirmaram que, além do Bolsa Família, são agraciados com aposentadoria ou similar, inferindo-se assim que, boa parte dos chefes de família da comunidade é composta por pessoas idosas. Verifica-se também que 33 % da família dos agricultores entrevistados recebem a Bolsa Escola, um programa do Governo Federal que contribui financeiramente todo mês para as famílias manterem as crianças na escola. Constata-se ainda que 28 % das famílias dos agricultores recebem do Governo Federal o vale gás.

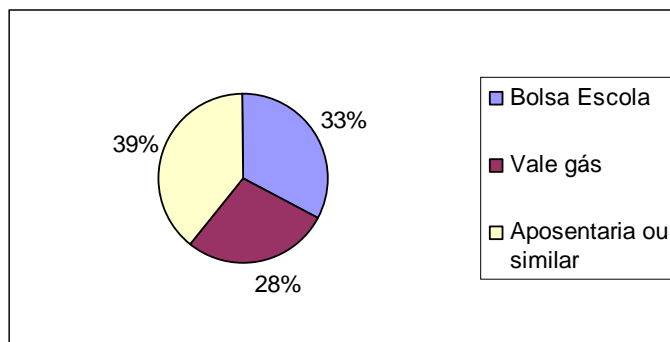


Figura 8. Outro tipo de benefício dos entrevistados, além da Bolsa Família.

De acordo com a Figura 9, 86 % dos entrevistados afirmam que o programa do Governo Federal é muito bom. Porém, 14 % dos agricultores asseguram que o programa é bom, mas precisa melhorar. Entretanto, nenhum dos entrevistados não respondeu que não gostam do programa, nem que o mesmo precisa melhorar e que o mesmo é razoável.

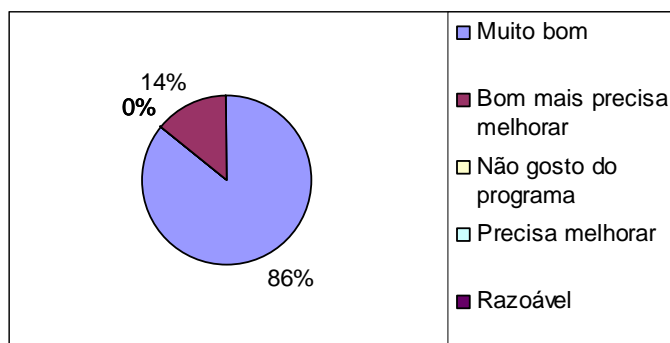


Figura 9. Visão dos entrevistados sobre o programa Bolsa Família.

De acordo com a Figura 10, os entrevistados viviam bem antes do programa Bolsa Família (64%), dado que pode ser justificado por todos os entrevistados já ter trabalhado ou trabalha na agricultura. Isso é uma questão bastante interessante, pois se verifica que para muitas pessoas que são beneficiadas com esse tipo de auxílio ficam mais desestimuladas para o trabalho. Porém, para 36 % dos entrevistados, o programa Bolsa Família veio a contribuir e para melhoria da renda de suas famílias.

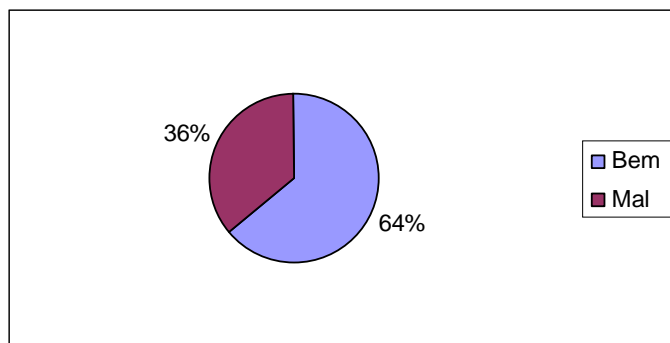


Figura 10. Padrão de vida da família dos entrevistados antes do programa Bolsa Família.

Dos entrevistados da Figura 9, dos que possuíam uma vida ruim antes do programa (36 %), verifica-se que todos (100%) afirmaram levar uma vida difícil por trabalharem demais.

Verifica-se que, das pessoas entrevistadas, 42 % são analfabetos. Constata-se também que 27 % possuem o ensino fundamental completo, 8 % o ensino fundamental completo, 15 % possuem o ensino médio completo e apenas 8 % dos entrevistados concluíram o ensino médio.

Em termos proporcionais, estudos indicam que a zona rural é um dos locais que o índice de analfabetismo é bastante elevado no Brasil, atingindo cerca de 30 % da população da zona rural (Ramos et al, 2004). Esta realidade não é diferente da comunidade São Francisco, onde 42% dos entrevistados são analfabetos (Figura 11).

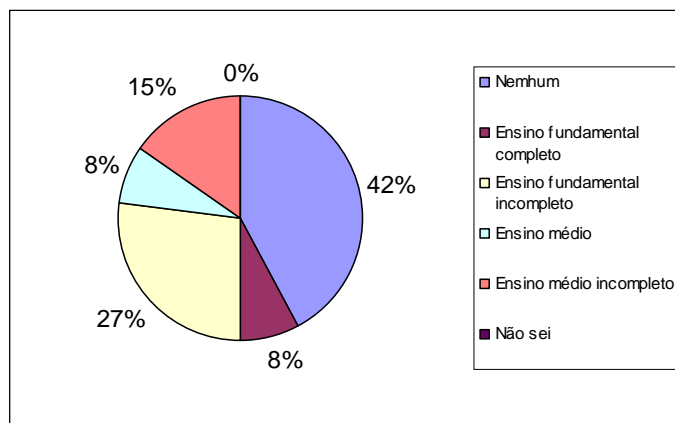


Figura 11. Grau de escolaridade dos entrevistados.

Na comunidade de São Francisco, município de Conceição – PB, o maior grau de escolaridade de algum membro da família (Figura 12) é do ensino fundamental completo (35 %). Para 23 % das famílias entrevistadas, o maior nível de escolaridade é o ensino fundamental incompleto. Constata-se que cerca 15 % das famílias possuem algum membro com ensino médio completo e incompleto. Verifica-se ainda que 12 % das famílias entrevistadas, todos os membros são considerados analfabetos, dados que estão de acordo com Rocha (2006) ao após a realização de um diagnóstico no assentamento Santa Helena II, município de Sapé – PB, cerca de 18 % dos agricultores entrevistados eram analfabetos.

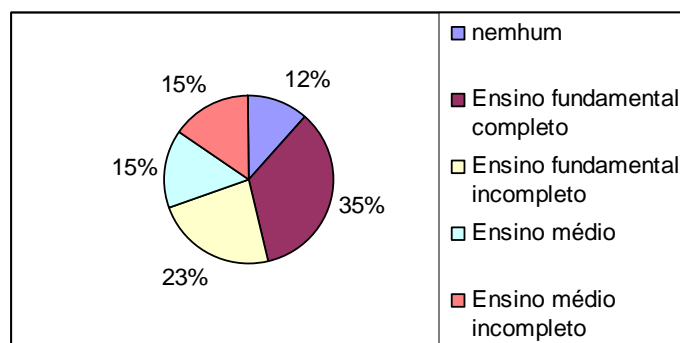


Figura 12. Maior nível de escolaridade de algum membro da família dos entrevistados.

Verifica-se na Figura 13 que cerca de 58 % dos entrevistados vivem com uma renda mensal de um salário mínimo (R\$ 360,00). Constata-se que 19 % têm uma renda mensal de três salários mínimos, onde além dos programas do Governo, complementam a renda com agricultura. Observa-se ainda que 15 % possuem uma renda de dois salários mínimos. Verifica-se também que apenas 8 % dos entrevistados vivem com uma renda mensal inferior a um salário mínimo.

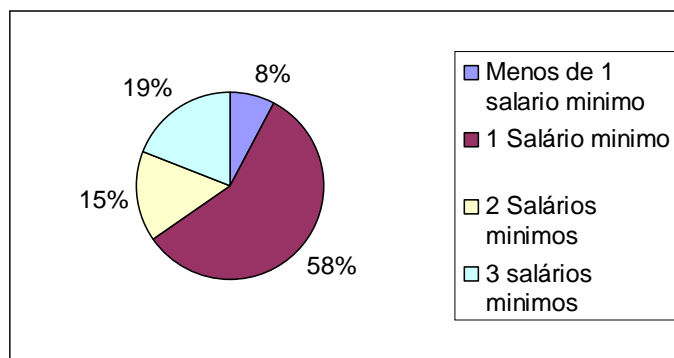


Figura 13. Renda familiar dos entrevistados.

De acordo com Habermeier (1995), o conhecimento produzido pela entrevista vai além de uma mera observação direta, no entanto declara que um dos fatores limitantes da entrevista é que esse conhecimento produzido apresenta informações baseadas numa visão subjetiva dos entrevistados, oferecendo conhecimento parcial dos fatos.

CONCLUSÕES

Os moradores da comunidade São Francisco viviam melhor quando não participavam do programa bolsa família do Governo Federal, isso sendo comprovado pela complementação da renda por outro benefício;

O baixo nível de escolaridade da comunidade estudada não diverge das áreas rurais do país; Para trabalhos posteriores, sugere-se introduzir questões relacionadas com produção de culturas e/ou criações existentes nas comunidades ou assentamentos, isso passando uma idéia mais detalhada do local, além de inserir no mesmo uma questão referente ao destino final da verba recebida do programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. EMBRAPA. Prosa rural divulga tecnologia sobre banco de sementes. Disponível em: www.sede.embrapa.br/noticias/bancodenoticias. Acesso em 6 de julho de 2007.
2. FERNANDES, B.M. Movimento dos trabalhadores sem-terra. Disponível em: www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformorg/marcano_agroecologia.htm. Acesso em 25 de fevereiro de 2007.
3. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Dados do município de Conceição – PB. 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
4. GÖRGEN, S.A. Os novos desafios da agricultura camponesa. 2004. 87p.
5. GUIMARÃES FILHO, C.; SAUTIER, D.; SABOURIN, E.; CABRAL, J.R.; QUEIROZ, M.A.; SAMPAIO, N.F.; SCHAUN, N.M.; ROCKEMBACH, O.C.; SILVA, P.C.G.; MAFRA, R.C. Pesquisa e Desenvolvimento: Subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Brasília: SPI; EMBRAPA – CNPTSA, 1998. 40p.

6. HABERMEIER, K. Diagnóstico rápido e participativo da pequena produção rural: como fazer. Recife: SACTES/Centro Sabiá, 1995.
7. JANK, M.S. Agronegócio versus agricultura familiar. O Estado de São Paulo. Disponível em: www.iconebrasil.org.br. Acesso em 5 de julho de 2007.
8. NÓBREGA, J.A. Diagnóstico sócio-econômico e ambiental do assentamento São Francisco I, Município de Pilões – PB. 37p. 2005. Trabalho de conclusão de Curso (graduação em Agronomia), Areia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba.
9. RAMOS, M.N.; MOREIRA, T.M.; SANTOS, C.A. Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. Brasília: MEC, GTPEC, 2004.
10. ROCHA, G.D. Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do assentamento Santa Helena II, município de Sapé – PB. 2006. 63f. Trabalho de conclusão de Curso (graduação em Agronomia), Areia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba.
11. ROCHA, J.S.M. da. Manual de projetos ambientais. Santa Maria: UFSM, 1997. 423p.
12. STEDILE, J.P. A questão agrária no Brasil. Programa de Reforma Agrária 1946-2003. 1ed. São Paulo: Expressão popular, 2005. 240p.